18)



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI N° 2.942-C DE 2019 DO SENADO FEDERAL (PLS N° 458/2018 NA CASA DE ORIGEM)

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei n° 2.942-B de 2019 do Senado Federal (PLS n° 458/2018 na Casa de origem), que "Altera a Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), para estabelecer que informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para estabelecer que informações obtidas em estudos de impacto ambiental já realizados poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região.

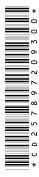
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

		Art.	1°	0	art.	10	da	Lei	n°	6.	.938,	de	31	de	ago	osto
de	1981,	passa	a	vi	.gorar	ac	cres	scido	do	s	segui	nte	s s	\$§	5°,	6°,
7°	e 8°:															

"Art.	10.	 	

§ 5° As informações obtidas na etapa de diagnóstico de estudos de impacto ambiental e de outros instrumentos de avaliação de impacto ambiental, bem como aquelas obtidas nos





2

monitoramentos realizados ao longo do processo de licenciamento ambiental, integrarão 0 Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima).

§ 6° As informações de que trata o § 5° deste artigo poderão ser utilizadas no processo de licenciamento ambiental, considerados tempo decorrido entre a coleta dessas informações e a solicitação de licenciamento ambiental empreendimento ou atividade, bem como compatibilidade e a adequação, em relação ao estudo a ser realizado, da metodologia de coleta, esforço amostral e da época de levantamento dos dados.

7° utilização Α das informações descritas no § 5° deste artigo deverá ser aprovada pelo órgão ambiental competente após solicitação fundamentada do empreendedor.

§ 8° Sem prejuízo do disposto no § critério do deste artigo, а órgão ambiental competente, será permitida a utilização de outros secundários na elaboração dos dados estudos ambientais referentes ao processo de licenciamento ambiental."(NR)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de abril de 2025.





Deputado MARANGONI Relator



